



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Primária à Saúde
Departamento de Prevenção e Promoção da Saúde
Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição

NOTA TÉCNICA Nº 110/2024-CGAN/DEPPROS/SAPS/MS

1. ASSUNTO

1.1. Apresentação do processamento e das regras de visualização dos dados enviados pelos municípios no Relatório Público Preliminar da Triage para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA) na plataforma e-Gestor Atenção Primária, em subsídio ao monitoramento e à avaliação do risco de insegurança alimentar por profissionais e gestores municipais, estaduais e do Distrito Federal.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. A TRIA é um instrumento validado para identificar o risco de insegurança alimentar no domicílio^{1,2}. Diante do resultado da TRIA é possível organizar o cuidado em saúde, e também, a articulação entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e outros setores que se relacionam com a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

2.2. A TRIA está inserida no âmbito da [Portaria Interministerial MDS/MS nº 25/2024](#) como estratégia para integrar o SUS, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) para o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar³.

2.3. O Relatório Público Preliminar da TRIA é um importante subsídio técnico para gestores e profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) acompanharem a situação de risco de insegurança alimentar em seus municípios, estados e Distrito Federal para fins de monitoramento e avaliação, visto que a segurança alimentar é uma condição transversal às possibilidades de garantia de saúde de indivíduos, famílias e comunidades.

3. ANÁLISE

ORIGEM DOS DADOS, CRITÉRIOS DE PROCESSAMENTO E VALIDAÇÃO

3.1. A TRIA é composta pelas seguintes perguntas:

- Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que você tivesse dinheiro para comprar mais comida?
- Nos últimos três meses, você comeu apenas alguns alimentos que ainda tinha, por que o dinheiro acabou?

3.2. Estas perguntas estão disponibilizadas nos sistemas da Estratégia e-SUS Atenção Primária (e-SUS APS), inseridas na Ficha de Cadastro Individual (FCI), que pode ser acessada em:

I - Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC);

- II - Coleta de Dados Simplificada (CDS); e
- III - Aplicativo Android e-SUS Território, além dos;
- IV - Sistemas próprios integrados.

3.3. O domicílio será identificado como “em risco para insegurança alimentar” caso, pelo menos um membro da família, com 18 anos ou mais, responda positivamente as duas perguntas da TRIA. Uma vez **identificado o risco de insegurança** alimentar no domicílio, cumpre informar sobre a necessidade de refazer as perguntas no intervalo de três a seis meses para verificar possíveis mudanças no risco de insegurança alimentar e com no mínimo seis meses e prazo máximo de 12 (doze) meses para quem não vive em um domicílio em risco para insegurança alimentar. Para mais informações sobre a regra utilizada para classificação, consulte a [Nota Técnica Nº 51/2024 - CGAN/DEPPROS/SAPS/MS](#).

3.4. Os dados preenchidos são enviados ao Centralizador Nacional do e-SUS APS, que é responsável por enviar para o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (Sisab) após um processo de validação com a verificação de duplicidade e da presença das informações e condições obrigatórias como:

- I - Data do registro que deve ser anterior ou igual a data de envio (DATA);
- II - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
- III - Identificador Nacional de Equipe (INE);
- IV - Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

3.5. Também são realizadas validações adicionais específicas para que os dados de cadastro do usuário sejam contabilizados, incluindo:

- a) O Cadastro Nacional de Saúde (CNS) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável familiar, que deve ser preenchido idêntico ao Cadastro Nacional de Usuários do SUS (CADSUS);
- b) O CNS ou CPF registrado, que deve estar idêntico ao CADSUS;
- c) A data de nascimento registrada, que deve estar idêntica ao CADSUS.

3.6. Essas informações são essenciais para que os indivíduos possam ser vinculados, a partir do CNS/CPF do responsável familiar, a uma mesma família, visto que, a TRIA identifica o risco de insegurança alimentar para o domicílio. Sendo assim, no âmbito da TRIA, ‘família’ foi considerado proxy de ‘domicílio’ ([Nota Técnica Nº 51/2024 - CGAN/DEPPROS/SAPS/MS](#)). Ou seja, a identificação do domicílio é realizada a partir da composição da família, verificada através do responsável familiar.

3.7. O processamento e a validação dos dados são realizados a cada competência, considerando as fichas enviadas dentro do período de recebimento de dados estabelecido na [Portaria Nº 4, de 28 de janeiro de 2021](#). Dessa forma, no Relatório Público da TRIA, cada indivíduo é contabilizado apenas uma vez; caso o indivíduo possua mais de um CNS, a base nacional unifica o cadastro com base no CPF.

OPÇÕES PARA CONSULTA AO RELATÓRIO NO E-GESTOR

3.8. O relatório preliminar da TRIA apresenta as seguintes desagregações:

- “Brasil”: download de pasta com um arquivo em formato de planilha com as informações da TRIA para os 5.570 municípios

- “Unidades da Federação”: download de pasta com 27 arquivos em formato PDF, contendo o relatório dos 26 estados e do Distrito Federal.
- “Município”: selecionar a Unidade Federativa a qual o município faz parte para download de pasta com arquivos em formato de PDF, sendo um arquivo para cada município da Unidade Federada.

3.8.1. Competência:

Para este relatório preliminar foram considerados os registros acumulados de novembro de 2023 a agosto de 2024.

3.9. Os Relatórios no formato PDF por Estado apresentam:

- Informações sobre a TRIA para o Brasil e Região do qual a UF selecionada faz parte;
- Informações como cobertura da APS, Índice de desenvolvimento humano da UF selecionada;
- Informações sobre a TRIA da UF selecionada e;
- Anexo uma tabela com as informações sobre a TRIA dos municípios pertencentes à UF selecionada.

3.10. Os Relatórios no formato PDF por Município apresentam:

- Informações sobre a TRIA para o Brasil e Região e UF do qual o município selecionado faz parte;
- Informações como cobertura da APS, Índice de desenvolvimento humano do município selecionado e;
- Informações sobre a TRIA do município selecionado.

3.11. Já o Relatório geral com “TODOS” os municípios apresenta:

- Informações sobre a TRIA para todos os 5.570 municípios brasileiros.

3.12. Abaixo estão listadas todas as variáveis apresentadas nos relatórios.

3.12.1. Todos os relatórios (PDF e planilha) contemplam:

- Informações sobre a TRIA: total de domicílios com a TRIA aplicada, total de domicílios em risco para insegurança alimentar (IA) e percentual de domicílios em risco de IA;

3.12.2. Os relatórios detalhados por UF ou Municípios contemplam:

- Condição dos moradores dos domicílios avaliados:
 - presença de menores de 18 (dezoito) anos;
 - situação de moradia;
 - presença de pessoas com deficiência;
 - presença de povos ou comunidades tradicionais e/ou população do campo, da floresta e das águas;
 - número médio de moradores nos domicílios.

- Sexo do responsável familiar e;
- Raça/cor do responsável familiar.

4. CONCLUSÃO

4.1. A Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição do Departamento de Prevenção e Promoção à Saúde da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (CGAN/DEPPROS/SAPS/MS), ratifica que a geração de relatórios preliminares na plataforma e-GESTOR Atenção Primária possibilitará conhecer a nível municipal e estadual o número de domicílios em que a TRIA foi aplicada, bem como o percentual de domicílios em risco de insegurança alimentar, caracterizando por sexo e raça/cor do responsável familiar e condição dos moradores.

4.2. Por fim, a CGAN/DEPPROS/SAPS/MS ressalta ainda que, o conhecimento acerca da situação de risco de insegurança alimentar dos territórios, é um subsídio para oportunizar o planejamento, a gestão e implementação de ações, programas e políticas federais, estaduais e municipais intra e intersetoriais, contribuindo para garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

5. REFERÊNCIAS

1. CARVALHO, Renata Elyonara de Sousa et al. Validade do instrumento para triagem de domicílios em risco de insegurança alimentar em diversos estratos da população brasileira. Cadernos de Saúde Pública, v. 38, p. e00239521, 2022.
2. POBLACION, Ana et al. Validity of a 2-item screening tool to identify families at risk for food insecurity in Brazil. Cadernos de Saude Publica, v. 37, p. e00132320, 2021.
3. BRASIL. Portaria interministerial nº. 25 de 1 de setembro de 2023. Estabelece as orientações para priorização e organização da atenção aos indivíduos e famílias em insegurança alimentar e nutricional no âmbito da assistência social, saúde e segurança alimentar e nutricional. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Ministério da Saúde, 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Kelly Poliany de Souza Alves, Coordenador(a)-Geral de Alimentação e Nutrição**, em 02/12/2024, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Andre Cuevas Gaete, Coordenador(a)-Geral de Inovação e Aceleração Digital da Atenção Primária**, em 03/12/2024, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius de Araújo Oliveira, Coordenador(a)-Geral de Monitoramento Avaliação e Inteligência Analítica da Atenção Primária à Saúde**, em 04/12/2024, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilmara Lúcia dos Santos, Diretor(a) do Departamento de Prevenção e Promoção da Saúde**, em 09/12/2024, às 22:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Proença de Oliveira**, **Secretário(a) de Atenção Primária à Saúde**, em 16/12/2024, às 18:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0044636318** e o código CRC **FBEFD8**.

Referência: Processo nº 25000.178962/2024-80

SEI nº 0044636318

Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição - CGAN
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br